



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 25/2014

Disponibilização: 15 de dezembro de 2014

Período abrangido: 01 a 12 de dezembro de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
- 3. DEFESA**
- 4. EDUCAÇÃO**
- 5. ENERGIA**
- 6. FINANÇAS**
- 7. JUSTIÇA**
- 8. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**
- 9. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - **AÇORES**
 - **MADEIRA**
- 10. SAÚDE**
- 11. TRABALHO**
- 12. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**



1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 254/2014, de 09 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Regulamenta o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.

Portaria n.º 256/2014, de 10 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças)

Fixa o montante mensal da bolsa de estágio concedida no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

Portaria n.º 252/2014, de 01 de dezembro

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar)

Define as famílias, os géneros e as espécies vegetais abrangidos pelas medidas fitossanitárias aplicáveis às culturas e plantas que se encontram em situação de abandono no território nacional e que constituem risco fitossanitário, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 90/2013, de 10 de julho.

Portaria n.º 255/2014, de 09 de dezembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 239/2012, de 9 de agosto, que estabelece as regras complementares de aplicação da regulamentação comunitária relativas à designação, apresentação e rotulagem dos produtos do sector vitivinícola.

3. DEFESA

Regulamento n.º 539/2014, de 05 de dezembro

(Ministério da Defesa Nacional)

Aprova o Regulamento de Base em Matéria de Aeronavegabilidade no Âmbito da Defesa Nacional.

4. EDUCAÇÃO

Declaração de Retificação n.º 1245/2014, de 02 de dezembro

(Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Retifica o Despacho n.º 13584/2014, de 10 de novembro de 2014, que aprova o regulamento que define os procedimentos para o reconhecimento de títulos obtidos em países estrangeiros.



[Despacho n.º 14711/2014, de 04 de dezembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Determina o reconhecimento da Escola Portuguesa de São Tomé, entidade de iniciativa privada de natureza cooperativa, como entidade devidamente habilitada a exercer a lecionação do 1.º ciclo do ensino básico, nos termos do currículo e programas portugueses.

[Despacho n.º 15049/2014, de 11 de dezembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Altera o Despacho n.º 7950/2014, de 18 de junho, que fixa os prazos em que devem ser submetidos os pedidos de registo da criação dos cursos técnicos superiores profissionais.

[Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Altera o Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro, o (segunda alteração) Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, e o Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, determinando a introdução da disciplina de Inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3.º ano de escolaridade, e procede à definição da habilitação profissional para lecionar Inglês no 1.º ciclo e à criação de um novo grupo de recrutamento.

5. ENERGIA

[Portaria n.º 251-B/2014, de 28 de novembro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 332/2012, de 22 de outubro, que estabelece os critérios para a repercussão diferenciada dos custos decorrentes de medidas de política energética, de sustentabilidade ou de interesse económico geral na tarifa de uso global do sistema aplicável às atividades do Sistema Elétrico Nacional.

[Despacho n.º 14451-A/2014, de 28 de novembro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Fixa a taxa da remuneração do alisamento quinquenal dos proveitos permitidos para o ano de 2015 referentes aos sobrecustos com a aquisição de eletricidade a produtores em regime especial.

[Despacho n.º 14451-B/2014, de 28 de novembro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Altera os fatores de modulação por período horário dos custos decorrentes de medidas de política energética, de sustentabilidade ou de interesse económico geral previstos na Portaria n.º 332/2012, de 22 de outubro.



6. FINANÇAS

Declaração de Retificação n.º 49/2014, de 01 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica o Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 44/2014, de 11 de julho, aprova um novo Código Fiscal do Investimento e procede à revisão dos regimes de benefícios fiscais ao investimento produtivo, e respetiva regulamentação.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2014, de 02 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2014, de 6 de janeiro, que autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2014, aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e do Regime Geral da Emissão e Gestão da Dívida Pública, aprovado pela Lei n.º 7/98, de 3 de fevereiro.

Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2014, de 03 de dezembro

(Banco de Portugal)

Estabelece os deveres mínimos de informação a observar pelas instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica, com sede ou sucursal em território nacional, durante a vigência de contratos de crédito aos consumidores, regulamentando o disposto no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho.

7. JUSTIÇA

Acórdão n.º 745/2014, de 02 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade das normas do n.º 1 do artigo 46.º e do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 30/2014, de 19 de maio; não declara a inconstitucionalidade das normas dos n.os 1 e 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, na redação dada pelo artigo 3.º da Lei n.º 30/2014, de 19 de maio; não declara a inconstitucionalidade das normas dos n.os 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, na redação dada pelo artigo 4.º da Lei n.º 30/2014, de 19 de maio (valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde).

Acórdão n.º 587/2014, de 03 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 28.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, quando interpretada no sentido de que se mantém em vigor o artigo 40.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas i a iv, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias.



Acórdão n.º 724/2014, de 03 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 228.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual, remetendo a referida disposição para o regime processual civil, se permite o decretamento do arresto preventivo sem audição prévia do arguido.

Resolução n.º 37/2014, de 04 de dezembro

(Tribunal de Contas)

Delibera sobre a prestação de Contas ao Tribunal relativas ao ano de 2014 e gerências partidas de 2015 (Resolução n.º 2/14 - 2.ª secção).

Acórdão n.º 713/2014, de 10 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma contida conjugadamente nos artigos 278.º, n.º 2, e 287.º, n.º 1, alínea b), do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual, optando por suscitar a intervenção hierárquica, o assistente ou o denunciante com a faculdade de se constituir assistente, vê, sempre e irremediavelmente, precludido o direito de requerer a abertura de instrução ou renuncia a uma apreciação judicial do despacho de arquivamento do titular do inquérito.

Acórdão n.º 714/2014, de 10 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional o artigo 857.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, quando interpretado no sentido de limitar os fundamentos de oposição à execução instaurada com base em requerimentos de injunção à qual foi aposta a fórmula executória.

Acórdão n.º 747/2014, de 10 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade das normas do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto (estabelece medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, define a forma da sua comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira e cria um incentivo de natureza fiscal à exigência daqueles documentos por adquirentes pessoas singulares).

8. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 13809/2014, de 10 de dezembro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Fixa as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de dezembro de 2014.



9. REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2014/A, de 12 de dezembro

(Região Autónoma dos Açores)

Aprova o Regulamento do Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores.

MADEIRA

Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/M, de 03 de dezembro

(Região Autónoma da Madeira)

Adapta à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 81/2009, de 21 de agosto, que institui um sistema de vigilância em saúde pública, que identifica situações de risco, recolhe, atualiza, analisa e divulga os dados relativos a doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública, e prepara planos de contingência face a situações de emergência ou tão graves como de calamidade pública.

Decreto Legislativo Regional n.º 16/2014/M, de 04 de dezembro

(Região Autónoma da Madeira)

Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 7/2009/M, de 12 de março, que cria o sistema multimunicipal de distribuição de água e de saneamento básico e o sistema multimunicipal de recolha de resíduos da Região Autónoma da Madeira (RAM), prevê a constituição da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos denominada «A.R.M. - Águas e Resíduos da Madeira, S. A.», e autoriza a atribuição da concessão da gestão e exploração do sistema multimunicipal de distribuição de água e de saneamento básico da RAM e da concessão do sistema multimunicipal de recolha de resíduos da RAM, em regime de serviço público e de exclusividade, à «A.R.M. - Águas e Resíduos da Madeira, S. A.».

10. SAÚDE

Regulamento n.º 533/2014, de 02 de dezembro

(Ordem dos Enfermeiros)

Aprova a Norma para o cálculo de dotações seguras dos cuidados de enfermagem.

11. TRABALHO

Portaria n.º 257/2014, de 11 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Fixa as taxas devidas pelos atos de certificação das entidades formadoras, mera comunicação prévia de cursos de formação, auditorias às entidades formadoras certificadas e emissão de título profissional e de segunda via do mesmo, a que se refere o artigo 18.º da Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto, e a alínea b) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro (cursos de formação de técnico superior e técnico de segurança no trabalho).



12. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 174/2014, de 05 de dezembro

(Ministério da Economia)

Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A..

Decreto-Lei n.º 175/2014, de 05 de dezembro

(Ministério da Economia)

Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E..